



Depois do acidente, explicações do TRF-3 não convencem - Pág. 02



Em Brasília, Sintrajud participa e ato pelo fim da taxa dos inativos - Pág. 06



TRT-2 reconhece problemas no abastecimento de água - Pág. 07

**Jornal do Judiciário**  
Sexta-feira, 22 de março de 2013  
JJ473 - 13.000 exemplares



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP Gestão: Unidade e Luta 2011/2014 Tel.: (11) 3222-5833



Rechaçando a CUT e chamando a unidade, SP elege delegação ao 8º Congrejufe Pág. 05

# Conselhos superiores autorizam folha suplementar, mas reajuste ainda depende de aval de presidentes



Enquanto MPU, todo o Executivo e alguns TREs já pagaram reajuste, Judiciário penaliza categoria. 'Vamos continuar cobrando o pagamento imediato', afirma sindicalista

**Por Caê Batista**

A novela parece não ter fim. O Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) autorizaram os tribunais regionais a confeccionarem folha suplementar, mas o pagamento do reajuste retroativo a janeiro ainda depende de autorização das presidências dos conselhos.

Durante toda a semana, o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, buscou contato com as cúpulas desses órgãos para pressionar pelo pagamento imediato. Até o momento, porém, a autorização do pagamento da Gratificação Judiciária no dia 26 de março, conforme noticiamos, está restrita ao Supremo Tribunal Federal (STF), tribunais e conselhos superiores.

O TRE-SP é um dos que já realizou o pagamento, mas outros regionais aguardam orientação expressa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pagar o reajuste. Segundo Melqui, a ordem deve ser dada em alguns dias.

“É uma espera desnecessária”, avalia o sindicalista. Ele destaca que alguns TREs, o MPU e todo o Executivo já concederam o reajuste aos servidores, “mesmo sem a aprovação da lei orçamentária. É mais um castigo desnecessário aos servidores do judiciário”, diz.

“Vamos continuar as interlocuções junto aos órgãos superiores e aos tribunais regionais para que o pagamento seja efetuado imediatamente”, destaca Melqui. Ele considera um descaso com a categoria impor tal espera desnecessária, uma vez que “cada tribunal tem orçamento autorizado até dezembro”.

“A gente espera que os tribunais regionais sigam os superiores, e que todos os trabalhadores do país sejam tratados de forma isonômica. Se os tribunais superiores vão pagar o reajuste dia 26 de março, todos os servidores devem receber nessa data”, concluiu.

# Depois do acidente, explicações do TRF-3 não convencem

Servidores afirmam que por falta de orientação, houve confusão nas escadas e gente parada no saguão em frente ao prédio, sem saber o que fazer

Por Caê Batista

Servidores, trabalhadores e desembargadores foram surpreendidos com um incêndio no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na terça-feira (05/03). Prazos processuais e o funcionamento do prédio ficaram suspensos até a quinta-feira (07), quando o abastecimento de energia e os sistemas de rede foram reestabelecidos.

O posicionamento inicial da administração do TRF-3 foi publicado nas portarias 6964 e 6965/2013, que suspendeu o expediente forense, alegando que a falta de energia ocorreria “em razão de curto circuito nos disjuntores e fusíveis”.

No dia 12 de março, a diretoria-geral do tribunal publicou nota de esclarecimento, descrevendo o ocorrido e suas prováveis causas. Elencou também oito procedimentos que serão adotados em caso de novas ocorrências. Entre eles está a realização de exercícios de abandono do prédio.

Outra iniciativa da administração foi a realização de uma palestra para que servidores, magistrados e usuários do prédio tirassem dúvidas, fizessem críticas e dessem sugestões para “aprimorar” as medidas da administração em situações semelhantes.

Em nome da administração do TRF-3, o novo chefe da segurança, Angelo Paoli, fez uma afirmação que merece atenção. Questionado sobre os motivos de o alarme não ter sido acionado, ele respondeu: “Quando o alarme tocar, as pessoas tem que ficar com medo. Ele tem que apavorar as pessoas”.

Mas não foi preciso que o alarme soasse para que as pessoas ficassem assustadas. Conforme noticiamos, a fumaça e o cheiro de queimado, aliado à falta de informação e à demora na emissão da ordem de abandono do prédio contribuíram para o clima de tensão.

Relatos dão conta de que o tempo entre a queda da energia e a ordem de evacuação durou de 15 a 20 minutos, talvez mais. Descrevem ainda que houve muita confusão nas escadas do tribunal, e que “não havia quase ninguém ajudando”. Por falta de orientação, muitos servidores ficaram no saguão em frente ao prédio, sem saber o que fazer. “Uma servidora com dificuldade de locomoção esperou os bombeiros com a cadeira de transporte por 15 minutos. Com a demora, foi ajudada por seus próprios colegas e só foi amparada quando já havia descido até o 11º andar”, contou um servidor.

Tal confusão nas escadas durante evacuação do edifício trouxe à tona uma grave falha no

**Tal confusão nas escadas durante evacuação do edifício trouxe à tona uma grave falha no sistema de segurança do tribunal: a falta de treinamento de abandono do prédio.**

**O ocorrido também levanta sérias suspeitas sobre o dimensionamento das instalações elétricas do prédio, e as informações prestadas pelo TRF-3 foram insuficientes.**

sistema de segurança do tribunal: a falta de treinamento de abandono do prédio. O que é reconhecido pela administração.

De acordo com a norma técnica 17/2011 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, “deve ser realizado, no mínimo a cada 6 meses, um exercício simulado no estabelecimento ou local de trabalho com participação de toda a população”. O que não vem ocorrendo no tribunal.

O problema que se agrava para as pessoas com dificuldade de locomoção. No dia 14/03, na palestra sobre o acidente, a administração reconheceu que, por falta de orçamento, não há cadeiras suficientes. Foi iniciado um mapeamento das pessoas nessas condições.

No ano passado, numa pauta entregue à administração do TRF-3, o Sintrajud reivindicava a realização desses treinamentos.

Outro grave problema é que quatro elevadores do prédio estão funcionando sem ascensoristas. Pelo o que se sabe, por uma questão de economia, a administração pretende demitir esses profissionais, que no dia do acidente testavam os equipamentos no automático. Numa emergência, as ascensoristas fechariam as portas e desciriam direto para o térreo, que é o procedimento padrão. Mas na terça-feira (05) os elevadores ficaram “perdidos” pelo prédio.

O ocorrido também levanta sérias suspeitas sobre o dimensionamento das instalações elétricas do prédio, e as informações prestadas pelo TRF-3 foram insuficientes.

Na palestra, a administração informou que uma semana antes da explosão, a Eletropaulo havia desativado um dos quatro transformadores do prédio, e que no dia do acidente, houve uma sobrecarga em um dos fusíveis remanescentes e, na sequência, a explosão. Embora o estrago tenha sido grande, o conserto foi feito em tempo recorde, 24 horas. O problema é que até 14/03, o quarto transformador continuava desativado, sem previsão de conserto ou substituição.

Em reunião com a presidência do TRF-3, em 13 de março, mais uma vez, a diretoria do sindicato cobrou medidas efetivas que garantam a integridade física e a vida dos trabalhadores. Para isso, é necessário o cumprimento de todas as normas de segurança. O sindicato também está cobrando que a administração apresente laudo técnico acerca do dimensionamento elétrico do tribunal.

## NOTAS

**Novo ministro do TST diz que “negociação coletiva é o caminho para a redescoberta da legislação trabalhista”**

Ao assumir a presidência do TST, em 05/03, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula propôs uma reflexão sobre a CLT, que está completando 70 anos. As afirmações encontram eco na proposta de Acordo Coletivo Especial (ACE), da CUT, que define que o negociado terá mais validade do que a CLT, tendo a Constituição como limite. Seria essa a reflexão sobre a CLT que o novo presidente do TST está propondo? <http://migre.me/dMCOB>

**Notre Dame vence licitação e assumirá planos de saúde no Tribunal Regional Federal**

Com uma oferta de R\$ 410,00 “per capita”, a Notre Dame venceu a licitação e será a operadora de plano de saúde de servidores e magistrados no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. (TRF-3). A disputa acabou na sexta-feira, 08 de março. O valor arrematado é substancialmente superior aos R\$300,00 do primeiro pregão realizado em 20 de fevereiro, que não teve propostas. Agora, os servidores se perguntam sobre o funcionamento do Pró-Social. <http://migre.me/dMCQT>

**Atenção - recadastramento de aposentados e pensionistas**

O TRT-2 está convocando os aposentados e pensionistas para o recadastramento anual obrigatório previsto na Lei nº 9.527/97, regulamentado pelo Ato nº 179/2009 - CSJT. GP.SE, no âmbito da JT.

A falta de entrega do formulário fornecido pelo Tribunal até o dia 01/04/2013 poderá levar à suspensão dos proventos, segundo a norma.

**Vitória do Sintrajud: sentença afasta incidência do imposto de renda sobre auxílio creche**

Em 28 de fevereiro, a 16ª Vara Federal do DF julgou procedente o pedido do Sintrajud, reconhecendo que não pode haver incidência de Imposto de Renda sobre valores recebidos, pelos filiados à entidade, a título de auxílio pré-escolar (auxílio creche). Reconhecendo o caráter indenizatório da verba, a sentença garantiu a restituição dos valores indevidamente recolhidos, devidamente corrigidos pela taxa SELIC. Além de não mais sofrerem a incidência do imposto sobre a verba, os servidores terão direito a restituição dos valores recolhidos desde 2004.

<http://migre.me/dMCV5>



**Jornal do Judiciário**



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**Diretoria:** Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: [sintrajud@sintrajud.org.br](mailto:sintrajud@sintrajud.org.br)  
**Subsede Baixada Santista:** Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: [sintrajudsantos@uol.com.br](mailto:sintrajudsantos@uol.com.br)

**Jornalistas:** Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares



# Na Ceuni-SP, oficiais de justiça se solidarizam com colegas de Osasco e fazem reivindicações ao TRF-3

Servidores apresentam propostas para amenizar o caos instaurado em Osasco, mas ressaltam que contratação é urgente

Por Caê Batista

Embora não sejam os responsáveis pela caótica situação instalada na subseção de Osasco, os oficiais de justiça da Ceuni de São Paulo e de Osasco elaboraram uma série de propostas que podem amenizar o quadro atual.

Reunidos no fórum Pedro Lessa, na quinta-feira (14/03), os servidores sugeriram que o acervo da Ceuni de Osasco (cerca de três mil mandados) seja incorporado à Ceuni de São Paulo. Os quatro OJAFS também iriam para a capital até a nomeação de oficiais de justiça para Osasco.

Além da diluição do acervo, os OJAFS propõem que, sempre que possível, os mandados sejam substituídos por outras formas de intimação, e reivindicam que os mandados destinados às outras cidades que compõem a subseção de Osasco sejam expedidos por carta precatória.

Os servidores reivindicam do TRF-3 a abertura imediata de concurso para a nomeação de oficiais de justiça para Osasco, ressaltando que o quadro atual deve ser aumentado. Sem isso, não haverá solução.

A situação, entretanto, pode piorar. Segundo os profissionais da Ceuni de São Paulo, trabalha-se em Santo André e em Mauá no limite do aceitável. A avaliação feita na reunião dá conta de que essas cidades estariam “prestas a explodir”, como Osasco.

Termo, aliás, que foi ‘emprestado’ da juíza que assessora a presidência

do TRF-3, Leila Paiva Morrison. Na reunião que teve com o Sintrajud um dia antes, ela disse que aquelas cidade estão “prestas a explodir”.

Há um temor entre os OJAFS, principalmente pela “saída” dada pela administração no caso do Osasco: deslocar colegas de São Paulo. Os servidores ponderaram que a transferência de profissionais para as outras cidades vai dismantlar a própria Ceuni da capital, que foi uma das maiores conquistas do setor nos últimos anos. Sem contar que muitos colegas de São Paulo já têm condições para obter a aposentaria, o que diminuirá o quadro de pessoal.



21/03/13 - Sintrajud reunido com assessoria da presidência do TRF-3

## Servidores reverterem medida antissindical de juiz corregedor

Os OJAFS de São Paulo estão solidários aos colegas de Osasco e por isso apresentaram tal proposta. Estão solidários também com Erlon Sampaio e Ester Nogueira, diretores executivo e de base do Sintrajud, respectivamente.

Eles haviam sido escolhidos pelo juiz corregedor da Ceuni de São Paulo, Paulo Conrado, a irem para Osasco. Como dois oficiais de justiça pouco poderiam fazer no dramático quadro lá instalado, a diretoria do Sintrajud e vários colegas viram na transferência um ataque à entidade sindical e ao direito da categoria se organizar livremente.

Mas, na quinta-feira (14), enquanto os oficiais de justiça estavam reunidos, Paulo Conrado publicou uma nova portaria, definindo uma espécie de rodízio entre os OJAFS da Ceuni de São Paulo para prestar serviço em Osasco e revogando a transferência de Erlon e Ester para aquela subseção.

Revogação da medida foi comemorada pelos servidores, inclusive por significar um revés na prática antissindical do juiz corregedor da Ceuni da capital.

O Sintrajud levou o problema à presidência e exigiu a reversão dessa arbitrariedade. Pouco tem-

po depois o corregedor da Ceuni voltou atrás. A pronta reação da entidade e toda solidariedade recebida foram determinantes.

Não é a primeira vez que esse juiz ataca um diretor do Sintrajud. Desta vez, entretanto, ficou explícito que o seu ato não observou nenhum dos princípios que devem nortear a administração pública. “Ficou evidente que o ato (transferir dois dirigentes sindicais para Osasco) era uma medida de perseguição ao sindicato, que o objetivo era nos retaliar. O ato não tinha fundamentação jurídica”, afirmou Erlon.

## Fórum criminal e previdenciário apresenta sérios problemas de estrutura, denunciam servidores

Segundo relatos, há fiação elétrica sob carpetes, portas e balcões energizados e constante falta de água em banheiros

Por Caê Batista

Localizado no coração da Av. Paulista e sediando os fóruns criminal e previdenciário, o prédio apresenta sérios problemas. Relatos de servidores que trabalham lá descrevem que do 5º ao 8º andar, balcões e portas estão energizados, causando choques elétricos nas pessoas que encostam nessas partes. A mesma situação acontece entre o 11º e o 15º andar.

Uma servidora, sob sigilo, disse à reportagem temer que alguém que utilize marcapasso vá ao prédio, pois as consequências a um choque elétrico podem ser trágicas. O que

aumenta a responsabilidade de Ciro Brandini, juiz diretor do Foro. Outro problema está nas fiações elétricas das varas do 1º ao 6º andar, que correm por baixo do carpete.

A administração está ciente, diz a servidora, mas não tem tomado nenhuma medida para resolver os problemas. Em reunião com o Sintrajud, o diretor-geral do tribunal se limitou a dizer que o prédio necessitaria de uma grande reforma.

Uma grande e urgente reforma, a julgar pelas outras mazelas descritas pelos servidores: o duto do ar condicionado nunca foi limpo, o sistema de refrigeração não funciona e as

janelas não podem ser abertas, pois “os vidros estão caindo”. Há relatos de que uma dessas peças caiu sobre um trabalhador terceirizado, embora não se tenha notícia da emissão de Comunicado de Acidente do Trabalho (CAT), disse a servidora.

Os servidores denunciam que há uma rachadura na caixa d’água, impedindo que ela seja completada, pois a água vaza causando goteiras nos andares superiores. Isso causa falta de água em vários banheiros. Servidores também cobram o alvará de funcionamento do prédio.

A caótica situação também afeta os magistrados. Relatos dão conta de

que seus banheiros privativos estão com problemas, fazendo com que o esgoto volte, causando forte odor.

“Querem uma justiça eficiente, mas a gente só recebe cobrança”, critica a servidora. Ela também critica a forma como tem sido feita política interiorização do Judiciário, pois não garantem a estruturação das instalações já existentes: “A prioridade são as inaugurações. É lamentável!”

O Sintrajud tem buscado a administração para tratar do assunto. O tema foi abordado nas últimas reuniões entre a direção do sindicato e a assessoria da presidência do TRF-3.

# Em requerimento administrativo, Sintrajud busca reenquadramento para garantir isonomia na carreira

Protocolado em março, em todos os tribunais superiores, pedido ambiciona uma adaptação da nova legislação, que pode ser feita administrativamente

Por Caê Batista

Antes de se tornar a lei 12.774/2012, quando ainda era um projeto de legislação que viria a reajustar da Gratificação Judiciária (GAJ) para 90% do Vencimento Básico, em três anos, e reduziria de 15 para 13 padrões a carreira dentro do Poder Judiciário, uma dúvida permeou a cabeça da categoria: Como os dois padrões iniciais da carreira seriam subtraídos e a isonomia de

**Para que a isonomia (de ascensão e para obtenção de aposentadoria) seja garantida é necessário adaptar a nova legislação**

direitos entre todos os servidores seria garantida?

Aprovada em dezembro de 2012, a nova lei reza que aqueles que estão na base da carreira, padrões A1 e A2, subirão para o atual padrão A3, que no novo desenho passa a ser A1.

Assim, se considerada a data de ingresso, todos os servidores do antigo A3 em diante necessitam de 15 anos de atividade para atingir o topo da carreira. Ao passo que para as antigas posições A1 e A2 o tempo foi reduzindo em 13 e 14 anos, respectivamente, embora ocupem o mesmo cargo.

Além disso, quem está hoje na posição A3, com a nova lei, passa para a A1 mesma posição de colegas com menos tempo no cargo. E a depender do mês de ingresso no Judiciário, por exemplo, um servidor com um ano de casa pode passar na frente de um colega que está na justiça há três anos.

Outro reflexo será no cálculo previdenciário, uma vez que o atual A1 terá média remuneratória maior do que seus pares mais antigos.

Para que a isonomia (de ascensão e para obtenção de aposentadoria) seja garantida é necessário adaptar a nova legislação, o que pode ser feito administrativamente. Esse é o conteúdo do pleito que o Sintrajud fez aos tribunais superiores no começo de março.

Protocolado em 06 de março junto aos tribunais e conselhos superiores o recurso administrativo do sindicato requer o reenquadramento dos servidores “substituídos com classificação de A3 até C13, em dois padrões acima (com mudança de classe quando necessário)”. Ou, sucessivamente, instituir rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente.

Para os servidores substituídos que estão no atual padrão A2, o

Sintrajud requer o reenquadramento “em um padrão acima (com mudança de classe quando necessário), ou sucessivamente, instituir rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente”.

Já para os substituídos que estão na classe padrão C13 da lei 12.774/2012, o sindicato requer que seja instituída “rubrica individual administrativa equivalente à diferença de vencimento entre o C13 e o C11 da nova tabela”.

E para os “substituídos de classe/ padrão C12 da lei de 2012, o Sintrajud requer o reenquadramento em um padrão acima (C13), com instituição de rubrica individual administrativa equivalente à diferença de vencimento entre C13 e o C12 da nova tabela ou, sucessivamente, instituição de rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente”.

## Para tentar aproximação com funcionalismo, Dilma assina Convenção nº 151, da OIT

Ao dar início à corrida presidencial, Lula orienta Dilma que receba centrais sindicais governistas. Servidores vão cobrar que Convenção 151 saia do papel

Por Caê Batista

Em 06 de março, a Presidente Dilma Rousseff (PT) assinou o Decreto 7.944, promulgando a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Medidas que estabelecem o princípio da negociação coletiva para trabalhadores do setor público, uma das principais bandeiras dos servidores públicos.

Sindicalistas ligados à CSP-Conlutas avaliam, entretanto, que o governo pretende restringir o direito de greve do funcionalismo, antes de instituir a negociação coletiva.

Um pouco dessa política ficou evidente na forma como o governo Dilma lidou com a mobilização do funcionalismo, no ano passado. O governo demorou meses para negociar e depois colocou em marcha todo um aparato para reprimir o movimento grevista: ameaças de corte de ponto e declarações à imprensa que tentaram jogar a população contra os trabalhadores. Uma reportagem da revista Isto É revelou, inclusive, que foram utilizados expedientes de espionagem para cercar o direito constitucional de greve.

Assinar um decreto assumindo um

compromisso com todo o funcionalismo de que abrirá negociações é pouco. É preciso que a Presidente Dilma o coloque em prática, e não tente restringir ou limitar a melhor arma que a categoria tem. E os trabalhadores do serviço público vão cobrar.

A cobrança começa em 24 de abril, quando acontece uma marcha a Brasília, que tem como uma das principais bandeiras o apoio aos servidores públicos, entre elas o direito à negociação coletiva. A marcha está sendo organizada pela CSP-Conlutas e outras entidades.



06/03/13 - Dilma reunida com as centrais amigas do governo

### Após desgaste com funcionalismo, Dilma tenta aproximação

As centrais sindicais governistas anunciaram a assinatura da Convenção nº 151 da OIT como resultado da marcha a Brasília, em março.

Contudo, a categoria lembra que no ano passado, um dos motivos o que levou Dilma Rousseff a negociar com o funcionalismo em greve foi a perda de popularidade nas capitais. Ou seja, foi a pressão da greve

que abriu o canal de diálogo.

A categoria também sabe que o ex-presidente Lula antecipou a corrida ao Planalto, colocando a atual chefe do Poder Executivo no palanque. Lula pediu a Dilma uma aproximação dos sindicatos. O pedido foi atendido e, pela primeira vez, ela recebeu representantes da CUT, CTB, NTSC e Força Sindical.

A assinatura do decreto tem mais relação com a busca de apoio das centrais governistas para minar ou impedir uma nova greve nacional do funcionalismo público, do que estabelecer negociações com o conjunto dos servidores públicos. Certamente, a CUT terá uma desculpa a mais para defender a política do governo e desviar as lutas da categoria.

Divulgação

# Rechaçando a CUT e chamando a unidade, SP elege delegação ao 8º Congrejufe

Teses analisaram aprofundamento da crise econômica e a necessidade da unidade entre todos os servidores para enfrentar os ataques do governo

Por Caê Batista

“Unidade, unidade, unidade”. Foi sob essa consigna que os servidores de São Paulo elegeram os delegados do Sintrajud para o 8º Congrejufe, que acontece entre 26 e 30 de abril, em Caeté (MG).

Realizada no sábado, dia 09 de março, a assembleia contou com mais de 150 servidores, teve três teses apresentadas e duas chapas disputaram as 50 vagas. E a ampla maioria das intervenções reforçou a necessidade de os servidores estarem unidos para enfrentar os ataques do governo Dilma Rousseff (PT) e, neste congresso, tirar a Fenajufe da CUT.

As falas que abordaram a crise econômica concordaram que ela se aprofunda, trazendo mais ataques aos trabalhadores. Elas também concordaram que a política dos governos de diferentes países contra os trabalhadores, principalmente do serviço público, tem sido a mesma: retirada de direitos, demissões, redução salarial, intensificação do trabalho, perseguição aos ativistas e

**A ampla maioria das intervenções reforçou a necessidade de os servidores estarem unidos**

lutadores, entre outras.

No Brasil, não é diferente. O governo Dilma tem imposto o congelamento salarial, mas teve que recuar diante da greve unificada do funcionalismo público federal do ano passado. A campanha não teve todas as suas reivindicações atendidas, mas o saldo político da campanha foi importante para os passos futuros.

Se de um lado reajuste de 15,8%, em três anos, é muito inferior ao pleiteado e não merece comemorações, de outro lado, a última greve trouxe um grande ensinamento sobre a luta conjunta do funcionalismo e como organizar a luta no local de trabalho.

Os servidores que abordaram o papel da CUT concordaram que



09/03/2013 - Assembleia Estadual

essa central tem traído a luta dos servidores públicos. Disseram também que a Fenajufe sob a orientação da CUT também tem agido dessa forma. Ao longo dos cinco anos de campanha pelo PCS, não foram poucas as vezes que sindicatos ligados à CUT anunciaram acordos que nunca existiram, enfraquecendo a luta da categoria.

Aliás, ao abandonar a luta pelo Plano de Carreira, a CUT mos-

trou o que poderia vir a fazer ao longo dos cinco anos de campanha pelo PCS para proteger o governo federal.

Os delegados de São Paulo também vão levar ao 8º Congrejufe a proposta de início de debate sobre um plano de carreira, sobre as condições de trabalho, campanha contra o assédio moral e um plano de lutas para enfrentar os ataques do governo Dilma.

## Para beneficiar ‘centrais sindicais amigas’, governo volta atrás, e Imposto Sindical será cobrado

TRF-3 não aceita recurso administrativo do Sintrajud. Sindicato devolverá parte que lhe caberia à categoria.

Por Caê Batista

No dia 14 de março, os servidores da Justiça Federal e do TRF-3 receberam a infeliz notícia de que o imposto sindical será cobrado neste mês. A administração do tribunal não aceitou os argumentos do requerimento administrativo apresentado Sintrajud, que pedia o afastamento da cobrança baseado na instrução normativa nº 01/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Publicada no começo do ano, a instrução afastava a cobrança do Imposto Sindical sobre os servidores públicos. Entretanto, em audiência pública, realizada em 25/02, em Brasília, CUT, Força Sindical, CTB e UGT pressionaram para que a instrução fosse afastada e a cobrança do imposto mantida. O então ministro do Trabalho, Carlos Brizola Neto, aceitou e revogou a instrução

normativa. Na audiência, somente a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) defendeu o fim do imposto sindical nos setores público e privado.

No Judiciário, os trabalhadores da Justiça Federal são os únicos a sofrerem a cobrança. Com a posição do começo do ano do MTE, o Sintrajud foi ao Conse-

lho da Justiça Federal (CJF) e ao TRF-3 requerer o fim da cobrança. Como o ministério voltou atrás, o desconto de um dia de trabalho já começa a ser processado na folha de pagamento. O sindicato, por sua vez, prepara a devolução da parte que lhe caberia do Imposto Sindical: 60% de um dia de trabalho.

### CUT: na prática, a teoria é outra

Oficialmente, na teoria, a CUT é contra o imposto. Mas ela é a central sindical que mais recebe recursos oriundos dessa cobrança. Entre janeiro e outubro do ano passado, ela recebeu do MTE a título de imposto sindical R\$ 44,5 milhões, o que corresponde a 60% de sua arrecadação. Além disso, muitos de seus sindicatos fi-

liados cobram o tributo dos trabalhadores de suas bases, caso do Sindiquinze, que representa os colegas da 15ª região trabalhista.

Contrários a essa cobrança, os delegados do Sintrajud vão levar o debate sobre o imposto sindical ao 8º Congresso Nacional da Fenajufe, que acontecerá de 26 a 30 de abril, em Caeté, Minas Gerais.

**Começaram as aulas de dança de salão e oficina de teatro. Participe!**



# Em Brasília, Sintrajud participa de ato pelo fim da taxaço dos inativos

O “Encontro Nacional das Entidades de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e Ativos” teve como objetivo pressionar os parlamentares para a aprovação do PEC 555/2006

Na quarta-feira (20/03), o Sintrajud esteve em Brasília em defesa da aprovação da PEC555/06. Esse projeto revoga a contribuição previdenciária dos servidores dos inativos.

O auditório Nereu Ramos, da Câmara de Deputados, foi tomado por servidores de todo o país que lutam pelo fim da taxaço dos inativos. O ato público foi organizado pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas).

O “Encontro Nacional das Entidades de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e Ativos” teve como objetivo pressionar os parlamentares para a aprovação do PEC 555/2006.

Não é de hoje que servidores organizam eventos exigindo o fim dessa taxaço. Para Ana Fevreiro, coordenadora do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud, que esteve na atividade, trata-se de uma cobrança indevida. “O aposentado já pagou a sua aposentadoria, não deve pagar outra”, diz. Ela defende que todos os aposentados sejam isentos da cobrança.



21/03/13 - Aposentados representam Sintrajud na luta pela PEC 555

## Sintrajud está na campanha pela anulação da Reforma da Previdência

Organizada pelo Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, a campanha pela anulação da reforma da previdência tem

como mote a frase: “Reforma da Previdência Comprada Tem Que Ser Anulada”.

O Sintrajud participa desta campanha que exige a anulação

da Reforma, pois ela foi aprovada em 2003, época em que era operado o esquema de compra de votos, chamado “mensalão”, julgado pelo STF.

## Sintrajud ganha FC-5 para oficiais de justiça até que cheguem ao C13 da tabela antiga

O processo demonstrou que OJAFS que estavam da posição A1 até C13 sofreram redução remuneratória com a integralização da GAE, em dezembro de 2008

A União foi condenada a pagar a diferença entre a FC-5 e a Gratificação por Atividade Externa (GAE) aos Oficiais de Justiça filiados ao Sintrajud, até que eles atinjam a classe e padrão C13 da carreira (C11 da atual tabela, conforme a lei 12.774/12).

Segundo Rudi Cassel, da assessoria jurídica em Brasília que trabalha em parceria com o Sintrajud, “o processo demonstrou redução do instituto remuneratório representado pela FC-5 a partir de dezembro de 2008, quando foi integralizada a GAE para os oficiais que ocupavam a posição A1 até C13 na tabela original do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União”. O advogado destaca que somente a partir do C13 (atual C11), a GAE apresentou valor maior que a anterior FC-5.

O processo tramita sob o número 0038000-74.2009.4.01.3400 e será objeto de reexame. A União pode recorrer.

O Sintrajud apelou quanto ao pedido principal de pagamento da GAE para todos os oficiais no percentual de 35% sobre o maior vencimento básico da carreira, que também integra a demanda, mas a primeira vitória foi conquistada em benefício dos filiados do sindicato.

## Categoria repudia presença de Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos

Para servidores, declarações racistas e homofóbicas do deputado o impedem de presidir a comissão que deve zelar pelo direito das minorias

Por Caê Batista

Os servidores do Judiciário Federal em São Paulo aprovaram uma moção de repúdio à presença do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. A decisão unânime foi tomada na assembleia de sábado (09/03), que elegeu a delegação do Sintrajud ao 8º Congrejufe.

Para os servidores, um deputado federal que dá declarações racistas e homofóbicas não pode presidir uma comissão que tem por obrigação zelar pelos direitos das minorias, como homossexuais e negros.

O protesto dos servidores se soma às várias manifestações, contrárias a presença de Marco Feliciano na presidência daque-

la comissão. Na segunda-feira (11/03), o deputado pastor tentou organizar um ato de desagravo, na sede de sua igreja em Ribeirão Preto (SP), mas foi alvo de novos protestos.

Não seria para menos, Marco Feliciano já declarou: “africanos descendem de ancestral amaldiçoado de Noé” e é radicalmente contrário aos direitos dos homossexuais. A pressão cresceu após a divulgação de um vídeo em que ele aparece pedindo a senha de um cartão de banco de um fiel.

No ato de desagravo, ele chamou seus seguidores a lutar contra o projeto de lei que criminaliza a homofobia: “Se não fizermos alguma coisa agora, amanhã não sei o que vão acontecer”, divulgou o jornal Folha de S. Paulo de terça-feira, 12 de março.

# Na JT de São Bernardo do Campo, servidores trabalharam sem água e sem sanitários

Falta de água teria ocorrido por problema técnico. Em vez de suspender o expediente, os sanitários foram fechados

Há algumas semanas, os servidores da JT de São Bernardo do Campo relataram uma situação de descaso e desrespeito. Na manhã de 21 de fevereiro, o fórum trabalhista estava sem água, fato que já era de conhecimento da administração, segundo relatos.

A situação se prolongava, e caberia à administração, por questão de bom senso, suspender o expediente. Mas a medida tomada foi outra: os sanitários foram fechados.

O Sintrajud requereu a suspensão do expediente na falta de uma solução imediata, mas trabalhadores, partes e advogados ficaram sem banheiros e sem água nos bebedouros.

A solução chegou somente no final da tarde. O problema teria sido com uma bomba de água. Um expediente inteiro, portanto, em condições degradantes.

Situações em que os servidores permanecem horas trabalhando em condições precárias, sem uma providência da administração, têm acontecido com certa frequência. No ano passado, por

exemplo, no Fórum Ruy Barbosa, fortes chuvas causaram transbordamento e infiltração de água nas varas localizadas nos andares superiores. Os servidores tiveram de trabalhar por horas em carpetes molhados e ar impróprio, causando mal estar e problemas respiratórios, até que a administração decidiu pela suspensão do expediente.

É evidente que a suspensão de um expediente traz prejuízos. Mas quando é necessária, tal medida deve ser tomada sem hesitação, pois a segurança e a saúde de todos devem estar em primeiro lugar. Além disso, cabe à administração adotar as medidas necessárias para que situações semelhantes não aconteçam.

A categoria deve questionar e se organizar para não aceitar tais condições de trabalho. Organizados em seus locais de trabalho, os servidores devem contatar o sindicato para que todo o suporte necessário seja garantido. Quando não reagimos, situações como essa podem se banalizar, favorecendo o comodismo da adminis-



tração, quando não dá a devida importância e prioridade a problemas de tal magnitude.

Além disso, o Sintrajud vai cobrar da administração que medidas rápidas sejam adotadas em caso de comprometimento das condições de trabalho, que coloquem em risco a saúde e a segu-

rança das pessoas. Também, será solicitado que se garanta autonomia às unidades locais para a adoção de providências urgentes em situações como essas, de modo que não sejam todos obrigados a aguardar uma decisão da presidência do tribunal, muitas vezes tardia.

## Em ação judicial, Sintrajud visa garantir adiantamento da gratificação natalina no final do mês de janeiro

Tramitando no Distrito Federal, pedido de tutela antecipada tenta reestabelecer sistemática anterior à portaria 47/2012 do TRT-2, que exclui aposentados e pensionistas.

Por Caê Batista

O TRT-2 surpreendeu os servidores quando publicou a portaria nº 47/2012. De uma hora para outra, a categoria viu a primeira parcela da gratificação natalina deixar de ser paga em janeiro sendo transferida para o mês das férias, mediante pedido, ou para junho.

A portaria modificou uma situação iniciada em 2009, quando o TRT-2 concedia a todos os servidores (ativos, aposentados e pensionistas) o adiantamento da primeira parcela da gratificação em janeiro. O pagamento da segunda parte era feito até 20 de dezembro, como estabelece a lei.

A mudança repentina trouxe abalos financeiros e apreensões à categoria. O Sintrajud ingres-

sou com ação judicial, pedindo antecipação de tutela, para que a sistemática anterior seja reestabelecida e a verba esperada para janeiro de 2013, liberada. O pedido ainda solicita que o Poder Judiciário analise a arbitrariedade cometida contra os servidores aposentados e pensionistas; pois a portaria não prevê data para o pagamento da primeira parcela a eles.

Segundo Rudi Cassel, da assessoria jurídica do Sintrajud em Brasília, “os pedidos principais se vinculam à manutenção da sistemática anterior que permitia o adiantamento em janeiro de cada ano”. A inicial foi protocolada sob o nº 0011956-76.2013.4.01.3400, e tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal.

## TRT-2 reconhece problemas no abastecimento de água

Sintrajud vem cobrando reiteradamente a regularização da situação

Não é de hoje que os trabalhadores do TRT-2 têm reclamado da precariedade do abastecimento de água potável. Apesar de ser de fácil resolução, o problema se repete em várias unidades, precarizando ainda mais as condições de trabalho.

As principais reclamações referem-se à falta de galões nas copas ou à irregularidade da sua reposição.

O Sintrajud vem cobrando uma solução há muito tempo. Ainda em 2011, um requerimento cobrava soluções, mas a administração limitou-se a declarar que a área fiscalizadora tomaria providências junto à empresa contratada. De lá para cá, ou as providências não foram tomadas, ou não foram suficientes. Sobretudo porque as queixas recentes têm denunciado a falta de água por horas e até mesmo por dias inteiros.

No requerimento, o Sintrajud sugeria a instalação de purificadores de água, ligados à rede normal de abastecimento, dispensando o abastecimento por galões, medida que possibilitaria inclusive economia de recursos.

O tema foi abordado na audiência entre a presidente TRT-2, Maria Doralice Novaes, e os diretores do sindicato. Dias depois, a presidência emitiu comunicado, na intranet, reconhecendo o problema e atribuindo a responsabilidade à empresa contratada, que não estaria cumprindo com suas obrigações “mesmo após insistentes cobranças e penalizações”.

Apesar do problema com a empresa, a responsabilidade final é do tribunal, cabendo a ele garantir a regularidade do abastecimento. Esse problema é uma demonstração da precariedade resultante da terceirização de serviços, que tem ganhado cada vez mais espaço nos órgãos públicos. O fato é que quanto mais o tempo passa, mais difícil fica justificar a falta de uma solução definitiva.

Os servidores devem permanecer atentos e procurar o sindicato para informar acerca de problemas e dificuldades que estejam enfrentando em seus locais de trabalho. O Sintrajud continuará acompanhando o problema e exigindo uma solução.

# Violência contra as mulheres, machismo e a legalização da prostituição são debatidos no 37º Conselho de Base

Celebrando o Dia Internacional da Mulher, evento do Sintrajud traz reflexões sobre a realidade da mulher trabalhadora

Por Caê Batista

O machismo e suas diversas manifestações foram debatidos no 37º Conselho de Base do Sintrajud. Realizado no sábado, 09 de março, o debate celebrou o Dia Internacional das Mulheres.

A primeira palestrante foi Isadora Brandão, que abordou as diferentes formas de violência que a mulher sofre. Advogada e militante da Consulta Popular, ela explicou que a violência contra a mulher “é um mecanismo de controle do corpo e da sexualidade da mulher”, decorrente de uma sociedade patriarcal.

Segundo disse, esse mecanismo, que foi apropriado pelo capitalismo, favorece a violência doméstica, que passa a ser uma esfera de controle e vigilância, não para eliminar a mulher fisicamente, “mas que tira a sua liberdade de escolha e de pensamento, que tira a mulher da vida pública”.

Disse ainda que em toda a sociedade existe uma ideia de que as mulheres são responsáveis pela violência de que são vítimas. Por isso, segundo explicou, em muitos casos a mulher, mesmo agredida e violentada, não consegue romper com aquele ciclo.

E mesmo quando a mulher consegue superar aquela situação, ela precisa enfrentar a omissão do poder público, que em muitos casos significa “enfrentar a violência institucional”. Isadora fez uma comparação entre o caso de um roubo, com o caso de um estupro. No primeiro, a vítima não precisa de testemunhas, já no segundo, a vítima precisa. “A Justiça trata esses casos de maneira diferente”, disse.

## Prostituição e mercantilização do corpo da mulher

Às vésperas de sediar os dois eventos mais importantes do esporte mundial, o Brasil prepara uma legislação para regulamentar as casas de prostituição. Tramitam no Parlamento projetos que visam transformar cafetões e cafetinas em empresários.

Esse tema foi abordado pela militante feminista Alessandra Lacerda, do Psol e do Movimento Mulheres em Luta, que fez um paralelo entre a prostituição na Alemanha e no Brasil.

Ela contou que a regulamentação da prostituição na Alemanha aconteceu entre 2005 e 2006, pouco antes do país sediar a Copa do Mundo. Segundo Alessandra, a legislação “regulamentou as casas



09/03/13 - 37ª Reunião do Conselho de Base

que passaram a ter permissão para vender ‘um produto’”.

Alessandra esclareceu que o uso do termo ‘produto’ ilustra a forma como a mulher em situação de prostituição é vista. No caso da Alemanha, os prostíbulos despedem as mulheres quando elas atingem 30 anos de idade, que são obrigadas a se prostituírem na rua.

“A maior parte das prostitutas na Alemanha são estrangeiras. Elas ocupam um espaço de trabalho que é legalizado, sem estar legalizadas”, explicou. Quando essas mulheres vão para a rua, ficam ainda mais expostas a todo tipo de violência. “Muitas desaparecem, são levadas a outros países, ou assassinadas”, disse.

Ela concluiu dizendo que a regulamentação não ajudou as prostitutas e que os projetos de leis não vão garantir menos violência, nem mesmo o pagamento às prostitutas. “A ideia (dos PLs) é legalizar o (que atualmente é) crime, agenciar a prostituição”, criticou e afirmou que tomar conhecimento dessa situação é o que a motiva para seguir militando.

## Capitalismo e machismo

Diretora da Fenajufe, servidora do TRF-3 e militante do PSTU, Ana Luiza Figueiredo Gomes explicou que “o machismo é parte da ideologia burguesa, que opri-

me os trabalhadores para explorar e lucrar com isso”.

Ana explicou que na história da humanidade nem sempre houve a opressão da mulher, portanto, mudanças são possíveis. Citando a obra de Engels - “A origem da família, do Estado e da Propriedade Privada”, a servidora explicou que no comunismo primitivo a relação entre homens e mulheres tinha a poligamia como traço marcante.

Os homens, segundo disse, ao se apropriarem dos espólios de guerra passaram a impor a “monogamia à mulher” para que pudessem deixar ao seu herdeiro a sua propriedade. Assim, junto com o espólio de guerra, a família se tornou propriedade do homem.

No capitalismo, apesar das conquistas da mulher, a opressão é mantida para aumentar a exploração. “Tudo o que a mulher realiza dentro de casa garante gratuitamente ao sistema capitalista se reproduzir”, disse.

Para Ana, é um erro pensar que o fato de Dilma estar no poder significa que o machismo e a opressão são coisas do passado: “É no orçamento que a gente vê para quem Dilma Rousseff (PT) governa”.

“Enquanto houver o capitalismo, vai existir a opressão, o

machismo, o racismo, a homofobia. Mas isso não quer dizer que tenhamos que esperar a revolução socialista. Assim como nós lutamos hoje por salários e por direitos, nós vamos lutar pelos salários e pelos direitos das mulheres”, concluiu.



08/03/13 - Ato unitário do Dia Internacional da Mulher